

Condsef/Fenadsef reforça verdades e mentiras sobre funcionalismo

A Condsef/Fenadsef vem divulgando em suas redes sociais, no Facebook, Twitter e Instagram, uma campanha que reforça verdades e mentiras sobre o funcionalismo público. O objetivo é trazer luz e esclarecer informações que são propagadas como regra geral quando o assunto são servidores e serviços públicos. Tais máximas desinformam a sociedade e são muito usadas pelo governo e repetidas também pela grande mídia. Isso gera na população, principalmente a que mais depende de serviços públicos, a impressão equivocada de que reformas feitas para enfraquecer e piorar o atendimento, abrindo campo para as privatizações, são necessárias.

A sociedade passa assim a defender propostas que serão nocivas acreditando nas muitas mentiras propagadas sobre servidores e serviços públicos. A reforma Administrativa (PEC 32/20), proposta pelo governo Bolsonaro, é um verdadeiro tiro no pé da população usuária de serviços públicos. Nos acompanhe nas redes e ajude a divulgar e esclarecer as verdades e mentiras sobre o funcionalismo. Essa é uma luta diária e permanente em defesa do Brasil.

É MENTIRA QUE TEM MUITA GENTE NO SERVIÇO PÚBLICO

No Brasil, apenas 12% dos trabalhadores são servidores, enquanto a média da OCDE (grupo que reúne a maioria dos países mais ricos) é 18%. Se o Brasil fizesse parte da OCDE, estaria próximo das últimas posições em quantidades proporcionais. Além disso, desde 2018 há uma queda do número



de servidores, causada por aposentadorias que não foram preenchidas pela ausência de concursos.

É VERDADE QUE A ESTABILIDADE PROTEGE A POPULAÇÃO

Após aprovação em concurso público, desde a Constituição de 1988, o servidor tem a garantia de permanência no trabalho assegurada pela estabilidade. E é exatamente isso que lhe garante as condições necessárias para desempenhar suas funções sem pressões políticas ou de grupos econômicos. É isso que garante a impessoalidade e, portanto, qualidade na prestação de serviços da administração pública.

É MENTIRA QUE O SERVIÇO PÚBLICO É CABIDE DE EMPREGOS

Para se tornar servidor é preciso passar em um concurso público, acessível a toda a população. A prova tem por objetivo qualificar o serviço público, de forma a garantir impessoalidade na contratação, garantindo assim que o quadro de funcionários seja



sempre o mais competente possível para cada órgão público. E como só 1% dos cargos públicos são ocupados por pessoas sem concurso, fica evidente que essa narrativa de "cabide de empregos" é MENTIROSA.

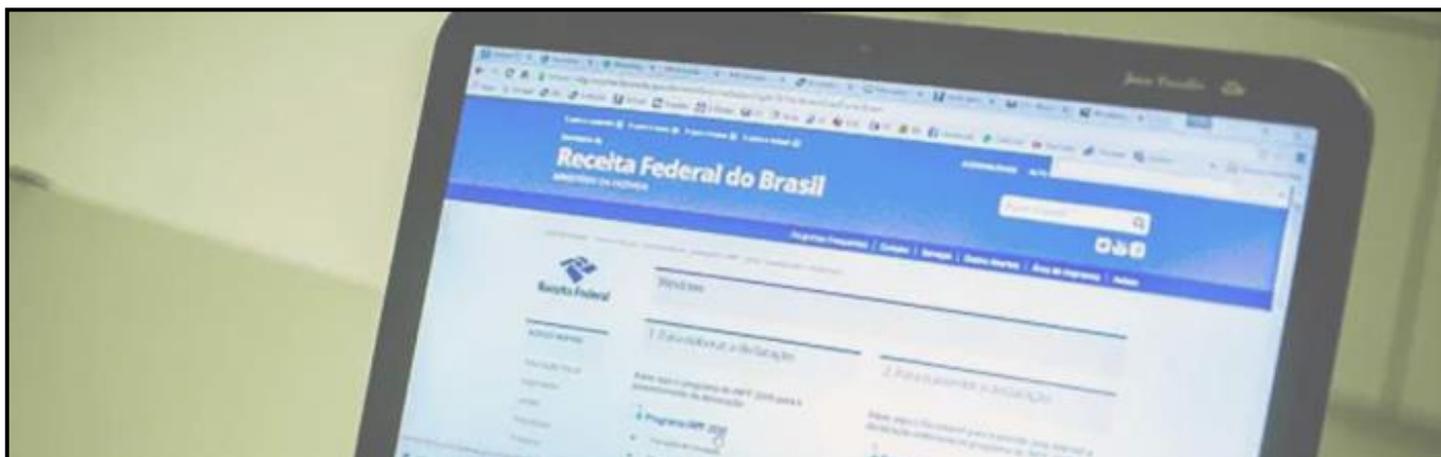
É VERDADE QUE O SALÁRIO MÉDIO DE SERVIDORES DO EXECUTIVO É EQUIVALANTE AOS DO SETOR PRIVADO

Em 30 anos, o salário médio de servidores do Poder Executivo (professor, enfermeira, policial etc.) subiu apenas 0,56% ao ano, e na maioria dos casos é EQUIVALENTE com o do setor privado.

É MENTIRA QUE SERVIDORES PÚBLICOS RECEBEM SUPER SALÁRIOS

De acordo com pesquisa realizada pelo SIAPE, a remuneração média de servidores não é tão elevada quanto se propaga. Mais de 50% ganham até 6,5 salários mínimos (cerca de R\$ 6,500). Apenas 15,4% ganham acima de R\$ 13.000.

Condsef/Fenadsef



Governo estuda extinguir desconto do imposto de renda para financiar renda básica

O governo de Jair Bolsonaro pode extinguir o desconto de 20% da declaração simplificada do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para financiar o programa de renda básica, que vem sendo chamado de “Renda Cidadã”. A medida pode atingir mais de 17 milhões de contribuintes nos país. Com o fim do desconto, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda manter as deduções de saúde e educação, que são benefícios da declaração completa. O fim dessas deduções já estavam na mira de Guedes antes da apresentação da ideia de agora eliminar o desconto de 20% da declaração simplificada.

Segundo reportagem de Bernardo Caram na *Folha de S.Paulo* deste domingo (4), a proposta será apresentada pelo Ministério da Economia ao presidente Jair Bolsonaro como uma das soluções para o impasse que envolve o novo programa social do governo.

A equipe econômica pre-

tende que a matéria seja aprovada a toque de caixa, antes mesmo de um pacote mais amplo da reforma tributária. A equipe do ministro Paulo Guedes continua defendendo outros programas sociais existentes hoje sejam condensados para formar o Renda Cidadã.

A pasta argumenta que o modelo simplificado, que dá suporte ao desconto do IRPF, somente fazia sentido quando o mundo não era digitalizado, e os contribuintes tinham um trabalho enorme para guardar, reunir e recuperar a papelada que seria apresentada para viabilizar as deduções. O time de Guedes ainda trabalha nas contas da economia que seria criada com a medida.

Modelo simplificado é mais usado

Na declaração de 2019, 17,4 milhões de pessoas optaram pelo formulário simplificado, enquanto 12,9 milhões usaram o modelo completo.

Para os cadastrados no sistema simplificado, a redução glo-

bal na base de cálculo foi de R\$ 136,5 bilhões. Sobre esse valor, portanto, o imposto não incidiu. Como o desconto é padrão e automático, em muitos casos o contribuinte nem possui, de fato, despesas a serem deduzidas da base de cálculo do imposto.

Técnicos explicam que esse montante de desconto não será eliminado em sua totalidade com a medida porque muitas pessoas que optaram pelo modelo simplificado poderiam passar a declarar e deduzir pela modalidade completa.

A nova proposta foi formulada para ser apresentada ao presidente Jair Bolsonaro como uma das soluções para o impasse que envolve o novo programa social do governo, o Renda Cidadã. Segundo técnicos do Ministério da Economia, somente com essa medida, o benefício mensal médio do Bolsa Família poderia ser ampliado de R\$ 190 para valores entre R\$ 230 e R\$ 240.

Fonte: CUT